

# Educação: Políticas, Estrutura e Organização 8



**Gabriella Rossetti Ferreira**  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2019



**Gabriella Rossetti Ferreira**

(Organizadora)

# **Educação: Políticas, Estrutura e Organização**

**8**

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Lorena Prestes e Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 8 / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e Organização; v. 8)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-309-5

DOI 10.22533/at.ed.095190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 8” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação. A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007). O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra.

A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: UMA VISÃO CRÍTICA	
Lorena Braga Siqueira Simone Braz Ferreira Gontijo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0951903041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
GOOGLE DOCS E PESQUISA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
Rosane Teresinha Fontana Giovana Wachekowski Silézia Santos Nogueira Barbosa Marcia Betana Cargnin Jane Conceição Perin Lucca Zaléia Prado de Brum	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0951903042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>17</b>
HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE ALFABETIZADORAS DE GOIATUBA E BURITI ALEGRE – GO ENTRE 1979 A 2015	
Heloisa Maria Prado Cristina Aparecida de Carvalho Michelle Castro Lima Marco Antônio Franco do Amaral	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0951903043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>28</b>
II MOSTRA INTERDISCIPLINAR DE CURTAS: DAS PÁGINAS PARA AS CÂMERAS	
Eduardo Paré Glück Maria Helena Albé	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0951903044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
IMPLEMENTATION OF ALTERNATIVE METHOD FOR A DIFFERENTIATED APPROACH ABOUT MEIOSIS	
Fabiana América Silva Dantas de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0951903045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>47</b>
IMPLEMENTATION OF COMPLEMENTARY METHODOLOGY FOR THE OPTIMIZATION OF KNOWLEDGE ABOUT STRUCTURAL AND NUMERICAL CHROMOSOMAL ALTERATIONS	
Fabiana América Silva Dantas de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0951903046</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>56</b>
IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA MOTIVAÇÃO PARA APRENDER: UM ESTUDO NO CAMPO DA MATEMÁTICA COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO	
Mateus Gianni Fonseca Matheus Delaine Teixeira Zanetti Cleyton Hércules Gontijo Juliana Campos Sabino de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0951903047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>63</b>
IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO HUMANA DOS ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO: A LEI 13.415/2017 EM DEBATE	
Guilherme Antunes Leite Dalva Helena de Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0951903048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>75</b>
IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO EM DOCÊNCIA NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO	
Tamiris Alves Rocha Danielle Feijó de Moura Marllyn Marques da Silva André Severino da Silva Gisele Priscilla de Barros Alves Silva José André Carneiro da Silva Georgia Fernanda Oliveira Dayane de Melo Barros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0951903049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>80</b>
INCLUSÃO DIGITAL E TECNOLOGIAS VOLTADAS À PESSOA IDOSA NO CENTRO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS EM CAMPINA GRANDE-PB	
Juliana Gabriel do Nascimento Leonardo Afonso Pereira da Silva Filho Lígia Pereira dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>89</b>
INDICADORES DE CONCLUSÃO DE CURSO: PERFIL DOS CURSOS TÉCNICOS DO IFBA- SIMÕES FILHO	
Eliana Maria da Silva Pugas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>96</b>
INFORMAÇÕES QUE FORMAM MINHAS OPINIÕES	
Aldenice de Souza Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030412</b>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>102</b>
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A SELEÇÃO E UTILIZAÇÃO PELOS PROFESSORES	
Viridiana Alves de Lara Mary Ângela Teixeira Brandalise	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>116</b>
INTERVENÇÃO MATEMÁTICA: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA	
Francisca Maiane da Silva Valdicleide Rodrigues das Neves Bezerra Erica Morais Cavalcante Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>123</b>
INVESTIGANDO OS DISCURSOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS	
Marcos Felipe Silva Duarte Hellen José Daiane Alves Reis Jackson Ronie Sá-Silva Jucenilde Thalissa de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>127</b>
JOGO DIGITAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gabriela EyngPossolli Alexa Lara Marchiorato	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>143</b>
JOGOS PEDAGÓGICOS: UMA PROPOSTA ALTERNATIVA PARA ESTUDAR QUÍMICA	
Tiago Barboza Baldez Solner Sandra Cadore Peixoto Leonardo Fantinel Liana da Silva Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>156</b>
LAÇOS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: HÁ BRAÇOS QUE SÃO AUSENTES	
Ricard José Bezerra da Silva Leonardo Farias de Arruda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030418</b>	

<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>166</b>
LER E CONTAR HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID PEDAGOGIA-UEL	
Isabela Beggiato Baccaro	
Viviane Aparecida Bernardes de Arruda	
Natalia Mateus Tiossi	
Thais Borges Durão	
Anilde Tombolato Tavares da Silva	
Marta Silene Ferreira Barros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>170</b>
LITERATURA INFANTIL NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA DE HUMANIZAÇÃO	
Silvana Mansur Assad	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>185</b>
LIVROS DIDÁTICOS DE BIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DO CONTEÚDO MANGUEZAL	
Jordan Carlos Coutinho da Silva	
Rayane Lourenço de Oliveira	
Paulo Augusto de Lima Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>197</b>
A LUDICIDADE EM CIÊNCIAS: IMPLICAÇÕES DIDÁTICO PEDAGÓGICAS NO FAZER DOCENTE	
Gabriel Jerônimo Silva Santos	
Plauto Simão De-Carvalho	
Sabrina do Couto de Miranda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030422</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>205</b>
LUDICIDADE NO ENSINO DE QUÍMICA: ATIVIDADES LÚDICAS COMO EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO DE CONCEITOS ENVOLVENDO ESTEQUIOMETRIA	
Lázaro Amaral Sousa	
Rener dos Santos Cambui	
Marília de Azevedo Alves Brito	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>212</b>
MAPEANDO OS SINAIS PAITER SURUÍ PARA OS PROCESSOS PRÓPRIOS DE ENSINO APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	
Rosiane Ribas de Souza Eler	
Luciana Coladine Bernardo Gregianini	
Miriã Gil de Lima Costa	
João Carlos Gomes	
Joaton Suruí	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030424</b>	



<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>223</b>
MATEMÁTICA EM FOCO: A ARTE DOS NÚMEROS Felipe de Azevedo Maciel <b>DOI 10.22533/at.ed.09519030425</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>234</b>
MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS Diana Socorro Leal Barreto Maria Raimunda Valente de Oliveira Damasceno Nilda Miranda da Silva Iransy Gomes Barros Simonne Lisboa Marques <b>DOI 10.22533/at.ed.09519030426</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>245</b>
MESA DE PROVOCAÇÕES: UMA AÇÃO PEDAGÓGICA DE INTERDISCIPLINARIDADE NOS CURSOS TECNOLÓGICOS DA UNIVERSIDADE DE SOROCABA Adilson Aparecido Spim Osmil Sampaio Leite Valmir Aparecido Cunha Vânia Regina Boschetti <b>DOI 10.22533/at.ed.09519030427</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>252</b>
METODOLOGIA ATIVA PARA UMA APRENDIZAGEM VISÍVEL EM RELAÇÃO AO PROFESSOR E ALUNO Luís Fernando Ferreira de Araújo <b>DOI 10.22533/at.ed.09519030428</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>261</b>
METODOLOGIA DO ENSINO DE BIOLOGIA: O PROFESSOR DE BIOLOGIA FRENTE AO DESAFIO DE CONFRONTAR AS TEORIAS SOBRE A ORIGEM DA VIDA NA PRIMEIRA SÉRIE DO ENSINO MÉDIO Erivaldo Correia da Silva <b>DOI 10.22533/at.ed.09519030429</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>272</b>
METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DA MONITORIA DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL Tatiana Cristina Vasconcelos Maria das Dores Trajano Thayná Souto Batista Joselito Santos Alex Gabriel Marques dos Santos Nadia Farias dos Santos <b>DOI 10.22533/at.ed.09519030430</b>	

<b>CAPÍTULO 31 .....</b>	<b>284</b>
MONITORIA DA DISCIPLINA DE FISIOLOGIA GERAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Lívia Maria de Lima Leoncio	
Rhowena Jane Barbosa de Matos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030431</b>	
<b>CAPÍTULO 32 .....</b>	<b>293</b>
MONTANDO ESTRUTURAS SIMPLES PARA O ENSINO DA TRIGONOMETRIA NO TRIÂNGULO RETÂNGULO	
Sílvio César Lopes Silva	
José Robson Nunes Gomes	
Cássia de Sousa Silva Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030432</b>	
<b>CAPÍTULO 33 .....</b>	<b>303</b>
MÚSICA NA ESCOLA: UMA PESQUISA-AÇÃO	
Giácomo de Carli da Silva	
Cristina Rolim Wolffenbüttel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09519030433</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>314</b>

## LAÇOS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: HÁ BRAÇOS QUE SÃO AUSENTES

**Ricard José Bezerra da Silva**

Universidade Federal de Campina Grande  
Campina Grande – Paraíba

**Leonardo Farias de Arruda**

Universidade Estadual da Paraíba  
Campina Grande – Paraíba

**RESUMO:** A problemática da construção histórica acerca da sexualidade e dos gêneros corrobora o desencadeamento de preconceitos e estigmas. Desse modo, esse artigo fomenta discussões referentes a essa premissa, relacionando Educação Popular em Saúde com aspectos de autonomia dos usuários da Atenção Primária, em estratégias de produção de saúde, cuidado e corresponsabilização. Para evidenciar essas características, foi utilizada uma abordagem qualitativa baseada na análise de conteúdo, a fim compreender uma realidade que não pode ser quantificada. Além disso, a discussão baseou-se na tentativa de abranger os entraves presentes na atenção básica que a população LGBT pode enfrentar, na busca por estratégias que efetivem o direito ao acesso dessas pessoas ao Sistema Único de Saúde. A relação dialógica presente entre o campo da saúde e o da educação vem demonstrar como esses paradigmas podem ser superados, visto que é por meio de metodologias participativas – da Educação Popular em Saúde – que se

pode entender as realidades e como elas são percebidas. Portanto, fica evidenciado a necessidade de potencializar as construções e expressões subjetivas do referido grupo, em decorrências das barreiras, construídas historicamente, privando e excluindo toda uma população ao acesso a saúde. Não obstante, é necessário enxergar que os processos de Educação Popular em Saúde atuam com os usuários e, também, com os profissionais da Atenção Primária, pois estes necessitam de atualizações contínuas que objetivem uma melhor gestão e execução dos princípios da saúde, visto que a efetivação de direitos também passa por eles.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Popular em Saúde. LGBT. Atenção Básica. Educação.

**ABSTRACT:** The problem regarding the historical gender and sexuality construction contributes for prejudice and stigmas triggering. Thus, this article encourages discussions referring this premise, linking Popular Health Education to autonomy aspects of Primary Care users, within strategies of health production, care and co-responsibility. To evidence these features, a qualitative content-based approach was used to comprise a non-quantifiable reality. Moreover, the discussion based itself on the attempt to embrace the basic care hindrances that LGBT population may face, aiming



strategies that actualize these people right to access the Unified Health System. The dialogic relation between health and education fields comes to demonstrate how these paradigms might be overcome, whereas it is by participative methodologies – from Popular Health Education – that realities are made understandable and noticeable. Therefore, it is evidenced the need to potentialize the constructions and subjective expressions of the referred group. Such need is due to the historically built barriers that deprive and exclude a whole population from accessing health. Nevertheless, it is necessary to see that the Popular Health Education processes act with its users alongside Primary Care professionals, because the latter need continuous upgrading aiming better management and execution of health principles, since the effectiveness of rights also goes through them.

**KEYWORDS:** Popular Health Education. LGBT. Basic Care. Education.

### **INICIAR: APRESENTAR PARA DEBATER**

As estratégias de Educação Popular em Saúde possibilitam processos de corresponsabilização no cuidado individual. Podem assumir um caráter de organização e politização popular, mas também de uma alternativa de executar os trabalhos que seriam de responsabilidade do governo e que não são devidamente efetivadas (VALLA, 1999). Os processos educacionais voltados para a saúde, podem prover uma possibilidade de cuidado integral, no entanto, quando se refere a comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e Travestis) – elegeu-se essa sigla como conceito geral, sabendo que compreende-se uma diversidade muito maior do que a exemplificada – verifica-se um elevado índice de preconceito e segregação, pois o não conhecimento acerca das especificidades dessa população é um percurso que leva a não promoção de saúde.

A sexualidade humana sempre foi campo de divergências quanto às formas de acolhimento no serviço de saúde e quanto à diversidade presente neste campo. O atendimento integral da população LGBT é atravessado pelas bases dos processos de Educação Popular em Saúde, visto que estes utilizarão os conhecimentos existentes em uma determinada sociedade e a negação de situações específicas, para o fomento de estratégias únicas e novas que possam lidar melhor com a demanda atual (BONETTI, PEDROSA & SIQUEIRA, 2011). Trata-se de um assunto multidisciplinar e emergente que sofre modificações cotidianas com os avanços existentes nesse campo, principalmente quando se fala das características predominantes que reduzem conceitos como sexualidade e gênero.

A sexualidade envolve não só corpo, como também os sentimentos, a história de vida, valores culturais e as relações afetivas do sujeito (BRASIL, 2009a), perceber essas nuances é uma forma de inserir os indivíduos socialmente excluídos nos mais diversos dispositivos sociais, como a escola, as unidades de estratégia de saúde da família e os centros de assistência social. Contudo, verifica-se que o não conhecimento

das especificidades do público LGBT por parte dos profissionais, dificulta não apenas o acesso, mas também, a efetivação de direitos.

Ademais, os estudos acerca do gênero são complexos e exigem das pesquisas um conhecimento interdisciplinar e pós-disciplinar (BUTLER, 2013), sendo necessário que exista uma cooperação entre os saberes que estudam o gênero e suas problemáticas, utilizando-se de outros campos epistêmicos, como o da saúde e o da educação. Nesse sentido, existem os discursos que possuem autoridade e muitas vezes poder, classificando pessoas e formas de existir, determinando o que é normal e o que não é (FOUCAULT, 2001).

A exigência médico-legal e científica cria um sistema normativo no campo da sexualidade, exprimindo uma compreensão acerca do gênero que não corresponde à realidade, ceifando formas de subjetivação e de construções diversas (ARÁN, MURTA e LIONÇO, 2009). A categorização da sexualidade aconteceu, ao longo dos anos, deixando de lado muitas características das sexualidades e privilegiando com naturalidade a concepção heteronormativa e binária. De acordo com Butler (2013), a distinção de conceitos referentes a gênero e sexo se torna a cada dia, mais arbitrária. Para esta autora, é fundamental estabelecer novas conexões referentes ao binarismo presente nas concepções tradicionais dos estudos de gênero. Assim, é possível desmistificar a ideia de que o sexo é construído naturalmente e que o gênero é construído culturalmente, mostrando que há diversas interferências na construção de ambas as categorias.

Os processos de Educação Popular em Saúde, utilizam os mais diversos cenários, ampliando conceitos de saúde e de educação e derrubando muros epistêmicos, a fim de permitir a libertação dos sujeitos possibilitando que eles possam encontrar seu lugar no mundo (FREIRE, 1978). Desse modo, oferecer mecanismos que possam gerar educação não apenas para os usuários, mas para os profissionais é de suma importância para a criação de novos sistemas de saúde, com práticas específicas que são capazes de absorver as demandas locais.

De modo geral, a comunidade LGBT é complexa e compulsoriamente submetida à institucionalização nos acessos aos serviços de saúde. Diante disso, um paradoxo problemático se forma: se por um lado os serviços de saúde institucionalizam e legitimam os serviços de apoio à essa população por meio do acesso, ainda que precário, por outro, como nos alerta Arán Murta e Lionço (2009), é raiz de estigmas e restrições, ampliando a condição de exclusão social. Essa problemática é de interesse dos processos de Educação Popular em Saúde, que podem modificar o pensamento de usuários e profissionais.

A Educação Popular em Saúde questiona os processos de adoecimento e, sobretudo, quais características sociais levam um sujeito ao adoecimento, físico ou psicológico, e situações de sofrimentos diversos. A problematização das práticas mecanizadas promove uma relação dialógica entre profissionais e usuários fomentando posturas antagônicas aos modelos tradicionais de cuidado, entretanto o que permite

essa nova construção é o desafio da resolutividade das demandas (FREIRE, 1978), por isso educação e saúde são campos simbióticos que se misturam e se retroalimentam.

Constitui-se como objetivo desta pesquisa, investigar os fatores que provocam tratamentos diferenciados com relação ao gênero e às sexualidades, naturalizando relações desiguais. Contrapondo as representações sociais ainda vigentes, esse artigo expõe as possibilidades que os serviços de saúde possuem, no campo da Educação Popular em Saúde, de diminuir os preconceitos ainda existentes com relação ao público LGBT.

Escolheu-se a abordagem qualitativa para a interpretação dos dados para que seja possível conhecer as problemáticas apresentadas em artigos e livros que farão parte do procedimento de coleta e análise de dados. Para tanto, Minayo (2008) coloca que este tipo de abordagem prioriza uma realidade que não pode ser quantificada sendo utilizada para descobrir valores, crenças e atitudes, considerando o significado das relações humanas. Bosi (2012) também a coloca como bem difundida na atividade científica atual colaborando para a produção de evidências no campo da saúde sendo reconhecida com grande relevância para o próprio Sistema Único de Saúde (SUS). Para análise dos dados, elegemos a Análise de Conteúdo de Bardin (1977) por meio da codificação e categorização dos achados, colocada pela autora como um conjunto de técnicas que avaliam o conteúdo, sendo um tratamento dado as informações contidas nas mensagens.

## **REFLETIR: A AÇÃO DE EDUCAR PARA INCLUIR**

Estando em acordo com Brasil (2005), a Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos propõe ações de incentivo à implementação de atividades educativas em saúde sexual e saúde reprodutiva para usuários(as) da rede SUS; capacitação dos profissionais da Atenção Básica em saúde sexual e saúde reprodutiva no SUS; divulgação e elaboração de cartilhas; ampliação do Programa de Saúde na Escola, entre outras medidas que utilizam a educação como ponto chave para a ampliação e consolidação de direitos.

Levando em consideração que a Atenção Básica é reconhecida como um espaço de promoção e proteção da saúde e considerando a mesma como um serviço que tem por implicação um atendimento humanizado à população residente em sua área de abrangência, incluindo o PSE (Programa de Saúde na Escola), pode-se inferir que a Educação Popular em Saúde voltada a processos de gênero é uma possibilidade de modificar práticas tradicionais. De acordo com Louro (1997), é fundamental pensar a educação de maneira crítica, isso porque, quando não há criticidade, ela permite a continuidade de práticas tradicionais que não reconhecem as identidades de gênero, díspares do binarismo.

Partindo do ponto que a informação é um mecanismo bastante peculiar para o fortalecimento e melhoria da qualidade na assistência prestada pelos profissionais de



saúde, principalmente quando tratamos da Atenção Básica, destaca-se esta como um espaço propício e adequado para a consideração do saber trazido pela população, avaliando-o e absorvendo-o na medida em que pode desconstruir aspectos de exclusão e preconceito.

A falta de uma educação formal para a diversidade, pode ocasionar a transfobia, lesbofobia, bifobia e a homofobia – preconceito sofrido por pessoas LGBT (JESUS, 2012). A literatura atual expõe a necessidade de haver uma educação que busque a compreensão de respeito a diversidade, de maneira que as vivências LGBT não sejam vistas como um objeto sexual fetichizado, mas como uma construção legítima, que merece atenção e assistência na saúde e na educação.

O respeito e a compreensão passam por uma necessidade analítica de indicadores que promovem o adoecimento da população, sabendo que cada uma tem características próprias de vivências e existências. Atrelam-se ao processo de adoecimento da população LGBT demandas específicas como a LGBTfobia e outras não específicas, como o desemprego, a não absorção social, a vulnerabilidade social, o não reconhecimento da identidade de gênero, dificuldade na alimentação, entre outras (BRASIL, 2008).

Direitos adquiridos recentemente buscam amenizar as problemáticas presentes no campo da sexualidade e do gênero frente aos contextos sociais da saúde e da educação. Destaca-se a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, que busca promover a superação dos problemas no acesso à saúde, como o preconceito e o não respeito à identidade de gênero, dando visibilidade à população LGBT (BRASIL, 2013). Corroborando a outras legislações que permitem a consolidação dos direitos, a exemplo cita-se a Portaria nº 1.820/2009 que discorre sobre a utilização do nome social independente do registro civil, assegurando o uso do nome de preferência nos serviços de saúde (BRASIL, 2009b), destaca-se ainda, a Resolução nº 1/2018 do Conselho Nacional de Saúde, que na mesma proporção, assegura a utilização do nome social na esfera da educação (BRASIL, 2018).

Os processos populares de educação em saúde se encaixam na ampliação e execução dos direitos, de modo a identificar as faltas que existem em um serviço e de buscar alternativas para supri-las. Os mecanismos da educação permitem uma aproximação com a realidade, adequando a teoria à prática e nunca o inverso (FREIRE, 1978). Ao discorrer sobre sua rotina de trabalho no campo da saúde enfatiza-se a necessidade do acolhimento e da escuta qualificada, mostrando que por meio de um processo humanizado é possível identificar as verdadeiras necessidades dos sujeitos que buscam auxílio (ARÁN, MURTA e LIONÇO, 2009).

Partindo desse pressuposto, quando os direitos não são reconhecidos e, conseqüentemente, não efetivados ocorrem modos simbólicos de violência, que dificultam o acesso e impedem que as pessoas LGBT utilizem os serviços disponibilizados na saúde e na educação (JESUS, 2012). Nesse sentido, a utilização de metodologias participativas pode, a médio e longo prazo, iniciar um processo

diferenciado, no qual profissionais e usuários compreendam bem os seus limites e seus deveres.

Ademais, a escolha e seleção de metodologias participativas que concretizem os processos de Educação Popular em Saúde, passam pela necessidade de integração dos grupos profissionais e da convocação de lideranças comunitárias, a fim de fazer o conhecimento circular (BONETTI, PEDROSA & SIQUEIRA, 2011). É necessário encontrar nas estratégias de Educação Popular em Saúde a possibilidade de mobilização dos sujeitos, de modo essencial, o trabalho realizado em duas frentes – profissional e comunidade – pode modificar a presença de estigmas e preconceitos na Atenção Primária de Saúde, promovendo o acesso de pessoas LGBT, incluindo-as e assistindo-as.

A dificuldade mais presente na literatura é a não compreensão de conceitos básicos como o que é sexo biológico, gênero, orientação sexual e identidade de gênero. O sexo biológico refere-se à existência de dois sexos sociais que definem quais são os papéis sociais que devem ser exercidos por determinados sujeitos. É uma alusão ao sujeito anatômico (BENTO, 2006), sem suas referências de vida e sem suas experiências com o corpo próprio. É uma redução inimaginável que ceifa as possibilidades de compreensão própria do corpo.

Scott (1989), nos lembra que foi realizada uma propagação dos estudos que envolvem o sexo e a sexualidade, incluindo o termo gênero na discussão pois, ele possibilita a ampliação do tema, proporcionando uma compreensão que distingue a prática sexual dos papéis sociais de homens e mulheres. Essa ainda é uma questão pertinente à atualidade, os lugares sociais eram pautados na excelência anatômica, era o sexo que determinava a sexualidade, criando sujeitos hiper genitalizados e definidos a partir dessa característica.

Assim como Cardoso (2008), toma-se que a orientação sexual precisa ser compreendida como um conjunto de fenômenos paralelos que aparecem de maneira concomitante ao longo da vida que envolve os desejos do sujeito em relação ao outro. A orientação sexual refere-se aos afetos e sentimentos que existem acerca dos sujeitos que convivem entre si, de maneira específica está ligada a prática sexual que provoca a satisfação e proporciona o prazer, a orientação sexual de uma pessoa pode-se construir por pessoas do mesmo sexo biológico, de sexo biológico não normativo ou do sexo biológico oposto, assim como pode ser construído por si mesmo ou por pessoa alguma.

A identidade de gênero, segundo Bento (2006) é uma característica da imagem, de como a pessoa se percebe e de como ela deseja se colocar no mundo, atuando e exercendo sobre ele papéis sociais que correspondem a identidade externa, sem ligação com aspectos biológicos. A não compreensão desses conceitos cria uma esfera que, ao invés de acolher, exclui os sujeitos. Encontra-se, portanto, na Educação Popular em Saúde um alicerce possível no qual a Atenção Primária pode se basear para efetivar os direitos dos usuários, criando um espaço de corresponsabilização e

acolhimento.

Corroborando a Vasconcelos (2004), a participação dos profissionais nas estratégias de Educação Popular em Saúde é uma forma de romper com tradições autoritárias no campo da Atenção Primária, que não busca normatizar os sujeitos, mas emancipá-los. Encontra-se na literatura a dificuldade sempre recorrente de adaptar os novos contextos aos serviços, a comunidade LGBGT apresenta um desafio significativo no campo da saúde, desafia a homogeneidade e que promove uma diversidade sem precedentes.

A Educação Popular em Saúde é a possibilidade de educar pedagogicamente os sujeitos a fim de que eles possam promover estratégias no grupo e para o grupo, analisando a capacidade crítica acerca do cotidiano, buscando estratégias que auxiliem no combate de situações que geram adoecimento e sofrimento (VASCONCELOS, 2004). Vale ressaltar que o grupo alvo é composto por profissionais e usuários, minando práticas mecanizadas e autoritárias que impedem o acesso integral dos sujeitos, assim como eles realmente são.

Partindo desse pressuposto que marca historicamente o lugar dos sujeitos, baseando-se em compreensões básicas da sexualidade humana, pode-se perceber uma construção opressora que impede a expressão enquanto construção cultural, ligando-a, ainda hoje, as características estritamente biológicas. Desconstruir essa noção é a chave fundamental para entender o porquê da dificuldade de compreensão do gênero, por profissionais da área de saúde, fora da redução biomédica. Os sujeitos e suas identidades fazem parte de diferentes enunciados, como a saúde e a educação, seja com relação aos processos de cuidado individual ou com relação aos processos de acesso aos serviços (MOTTA & RIBEIRO, 2013).

O saber científico cria um cerco contra aquilo que, independente de nós, toma conta do corpo, percorrendo as condutas e existências, transformando os sujeitos diariamente. Ao longo das transformações cobra-se que o corpo apresente as verdades contidas nas morais estabelecidas pelos profissionais, como se elas estivessem próximas à consciência, e finalmente, quando o corpo diz a verdadeira essência inteligível dele mesmo, é como se o segredo chegasse ao fim, pois dar-se conta de que cada corpo se constrói autônomo (FOUCAULT, 1988).

Gomes e Merhy (2011) apontam que a Educação Popular permite a inclusão de novos personagens no campo da saúde de um modo que fortalece a organização popular permitindo a ampliação das práticas de saúde pela equipe, uma vez que quando aplicada essa estratégia pretende-se entender a troca de saberes entre o conhecimento popular e o científico para que ambos prosperem reciprocamente. Portanto, contrapondo o modelo biomédico vigente, incluir e selecionar práticas educacionais em saúde é romper com positivismos e determinismos, fomentando autonomia e novas construções.



## ELABORAR: O CAMPO DINÂMICO NUNCA TERMINA, TRANSFORMA-SE

A corporeidade, certamente, se consagra como o ápice humano de transcender os determinismos biológicos estabelecidos no momento do nascimento, transformar-se é uma prática inovadora e um ato de coragem. Assim como acredita Bento (2006), há a necessidade de possuir respeito pelas diversidades sexuais que existem, não importando o modo no qual se encontre a pessoa, importando apenas como ela se identifica e como ela se apresenta. O respeito oriundo dessa perspectiva pode favorecer uma maior procura dos serviços de saúde e pode ser uma prática comum a partir de práticas de Educação Popular em Saúde, pois elas se dispõem a lidar com os problemas da realidade.

Verifica-se que, a existência corpórea das pessoas está além das decisões e práticas biomédicas e educacionais. Está, sobretudo, na liberdade de adotar a sexualidade que se deseja. Os profissionais possuem a importância de integrar e auxiliar os componentes que possibilitam a assistência integral à saúde, mas não devem ditar processos de saúde que geram exclusão e preconceito, apenas fornecem ferramentas para que a subjetividade aflore e seja reconhecida pelo corpo que a comporta. Percebemos que é imprescindível que a equipe da Atenção Primária se preocupe com o sujeito que se apresenta, questionando-se sobre as possibilidades que o fazer saúde permite, ouvindo demandas reais e concretizando processos de corresponsabilização e educação.

O agente educado por meio de estratégias populares passa a possuir uma implicação real com o contexto no qual está inserido, na busca de modificar questões problemáticas e de questionar criticamente os lugares tradicionalmente consolidados (FREIRE, 1978). Essa perspectiva respalda o caráter transformador que a Educação Popular em Saúde possui no campo concreto, objetiva uma melhora efetiva dos serviços e das ações.

Destarte, o preconceito, a exclusão e a manutenção de estigmas sociais, são aspectos que impedem a efetivação de direitos e consolidação de práticas igualitárias. A isonomia das pessoas deve ser, sobretudo, compreendida de modo a entender o que há de específico em cada pessoa. O sujeito é, em si próprio, único, exclusivo e valioso, portanto percebê-lo nessa integralidade é um aprendizado cotidiano, que com o auxílio das estratégias de Educação Popular em Saúde pode ser efetivado.

Em suma, a relação que se estabelece entre saúde e educação é fundamental para que os sujeitos inseridos nos mais diversos serviços possam, acima de qualquer coisa, ser compreendidos integralmente, capazes de produzir estratégias de saúde e de transmitir o conhecimento apreendido ao longo do tempo, minimizando dificuldades e aumentando possibilidades. Corroborando, assim, a ideia de Freire (1978, p.36): “Dizer que os homens são pessoas e, como pessoas, são livres, e nada concretamente fazer para que esta afirmação se objetive, é uma farsa.”

## REFERÊNCIAS

- ARÁN, M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1141-1149, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. [S.l.]: Garamond, 2006.
- BONETTI, O. P.; PEDROSA, J. I. S.; SIQUEIRA, T. C. A.. **Educação popular em saúde como política do Sistema Único de Saúde**. Revista de APS, v. 14, n. 4, 2011
- BOSI, M. L. M. **Pesquisa qualitativa em saúde coletiva: aportes aos sistemas de saúde**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, Mar. 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. (2008). **Saúde da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais**. Rev. Saúde Pública, 42(3), 570-573.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Saúde Sexual e Reprodutiva**. Brasília: Ministério da Saúde, [s.n.], 2009a.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria no 1.820**, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília, 2009b.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CARDOSO, F. L. **Etiologia da Orientação Sexual e suas Implicações para a Ciência do Movimento Humano/Etiologia da Orientação Sexual**. Motrivivência, n.30, p. 197-216, 2008.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13ª. ed. Rio de Janeiro: graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Os anormais**. Trad. Eduardo Brandão.-. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FREIRE P. **Pedagogia do oprimido**. 5a ed. São Paulo: Paz e Terra; 1978.
- GOMES, L. B.; MERHY, E. E.. **Compreendendo a educação popular em saúde: um estudo na literatura brasileira**. Cad. Saúde Pública. v. 27, n.1, Jan. 2011.
- JESUS, J. G. D. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: [s.n.], 2012.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1997.
- MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2008.

MOTTA, J. I. J.; RIBEIRO, V. M. B. **Quem educa queer: a perspectiva de uma analítica queer aos processos de educação em saúde.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, junho 2013.

SCOTT, J., 1989. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.** São Paulo: Columbia University Press, nº 4, Tradução SOS Corpo.

VALLA, V. V.. **Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização.** Cadernos de Saúde Pública, v. 15, p. S7-S14, 1999.

VASCONCELOS, E. M.. **Educação popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde.** Physis: revista de saúde coletiva, v. 14, p. 67-83, 2004.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-309-5

